

A ELEVADA TAXA DE JUROS DO GOVERNO DILMA: UMA GESTÃO EQUIVOCADA PARA UM PACIENTE CHAMADO BRASIL

Leonardo Lucio Amorim Mussury¹
Pedro Rauber²

Resumo

O primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff teve o intuito de estimular a demanda agregada interna e fortalecer os setores de maior empregabilidade como a construção civil, a indústria automobilística e o setor conhecido como “linha branca”. Foram implantados diversos programas cuja principal marca foi o estímulo e a liberalidade de crédito e financiamentos, acompanhada de desonerações fiscais a setores manufatureiros e fortes subsídios a programas habitacionais como o “Minha casa minha vida”, e o programa “minha casa melhor. Tais medidas tinham como foco principal estimular o consumo e compensar a queda de demanda do mercado externo provocada pela recessão oriunda da Crise do Sub-Prime ocorrida nos fins de 2007. Se o primeiro mandato a política econômica visava estimular a demanda, no segundo mandato o governo adota uma política contrária que é o de inibir o consumo para atenuar o processo inflacionário. Os resultados dessas políticas geraram, no nosso entender, uma estagflação de dois trimestres seguidos de crescimentos negativos com efeitos sobre o equilíbrio fiscal, acompanhado de forte inflação próxima dos 10% a. a. para uma meta prevista de 4,5%, geraram aumento do desemprego que chega à ordem de 7.5% da população economicamente ativa e uma taxa básica de juros de 14,25% a. a. Diante de tais problemas, defendemos que as medidas econômicas como ancorar a inflação a uma elevada taxa de juros é equivocada e que, ao invés de recuperar a economia e estimular o crescimento econômico, aumenta o desemprego e o desequilíbrio das contas públicas. Argumentamos ainda, que seja preciso implantar políticas que estimulem à produção, o crescimento das atividades econômicas, a geração de empregos com incentivo ao consumo e o investimento o que passa necessariamente pela redução da taxa básica de juros evitando o caos econômico e social do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Taxa de Juros, Desequilíbrio fiscal, Estagflação.

ABSTRACT

The first term of President Dilma Rousseff aimed to stimulate domestic aggregate demand and strengthen gre-

¹Economista, professor dos Cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis na UNIGRAN-MS e Diretor Comercial do Grupo Bocchi –Dourados -MS. Rua Balbina de Matos 2121, Jardim Universitário Dourados,MS. lmussury@correioweb.com.br

²Mestre em Educação. Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Dourados - MS. rauber@dourados.br

ater employability sectors such as construction, the automotive industry and the industry known as “white line”. Several programs were implemented whose main brand was the stimulus and the credit liberality and financing, accompanied by tax exemptions to manufacturing sectors and strong subsidies to housing programs such as “My Home My Life,” and the program “my best house. Such measures had focused primarily on stimulating consumption and offset the drop in demand in the international market caused by the recession arising from the Sub-Prime crisis occurred in late 2007. If the first term economic policy aimed to stimulate demand in the second term government adopts a policy runs counter to that is to inhibit consumption to mitigate the inflationary process. The results of these policies have led, in our view, stagflation two consecutive quarters of negative growth with effects on the fiscal balance, accompanied by strong inflation close of 10%. The. for an intended target of 4.5%, generated rising unemployment that reaches the order of 7.5% of the economically active population and a basic interest rate of 14.25% a. The. Faced with such problems, we argue that the economic measures to anchor inflation at a high interest rate is wrong and that instead of recovering the economy and stimulate economic growth, unemployment increases and the imbalance of public accounts. We argue further that it is necessary to implement policies that encourage the production, the growth of economic activities, the creation of jobs to boost consumption and investment which necessarily involves the reduction of the basic interest rate avoiding the economic and social chaos in Brazil.

INTRODUÇÃO

O presente estudo não tem como finalidade avaliar a política econômica do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, mas discutir como o governo vem desenvolvendo a sua política econômica para inibir a recessão diante de dois trimestres seguidos de crescimentos negativos em 2015. No período de janeiro a março a economia apresentou uma queda de 0,88% e no segundo trimestre um a queda de 1,89% segundo cálculos do BACEN o que podemos caracterizar como recessão técnica. Termo usado pelos economistas para batizar 2 trimestres seguidos no vermelho. Todo esse comportamento dos números, é fruto de uma inflação elevada, forte desemprego, juros básicos acima dos 14% a.a. queda da atividade econômica nos setores de manufaturados e serviços e uma deterioração de alguns setores da economia que não conseguem competir com os produtos importados, principalmente os produtos do mercado chinês que usa a desvalorização de sua moeda como instrumento de competitividade no comercio internacional.

O governo começa o seu segundo mandato em 2015 com clara percepção que há um forte desequilíbrio em sua política fiscal e que as contas hoje em poder do TCU – Tribunal de Contas da União foram rejeitadas abrindo, portanto, a possibilidade de um processo de impeachment por violação da Lei de responsabilidade Fiscal. Para tanto, equilibrar as contas e retomar o crescimento é imperativo para que o processo seja menos

doloroso do que realmente já é. Desta forma, crescimento e equilíbrio não se consegue fazer sem estimular a demanda agregada e para tanto, faremos os seguintes esclarecimentos:

Consumo Agregado é fruto da combinação de algumas variáveis expressas na equação: $DA = C + I + G + (X - M)$

DA = Demanda agregada que é o volume de bens e serviços consumidos ao longo de um determinado período de tempo e que depende das demais variáveis para sua ocorrência.

C = Consumo das famílias que é o total de bens e serviços consumidos pela população num determinado período de tempo e, portanto, famílias desempregadas e com pouca renda diante de uma escalada de preços (inflação) e taxa de juros elevadas estão incapazes de estimular o aumento da demanda interna nesse primeiro momento da economia.

I = Investimento Agregado. Essa variável computa o quanto as empresas são capazes de investir na sua capacidade produtiva para ampliar sua produção e produtividade aumentando, por conseguinte a demanda por mão de obra. Entretanto a variável juros que se encontra em níveis elevados (14,25% a.a.) impossibilita qualquer tipo de investimento pelo alto risco de não ter seu capital remunerado e, portanto, o empresariado não investe em períodos recessivos como os que hoje enfrentamos e se o fizer, ocorre de forma modesta a necessidade real do mercado. A professora Maria Mollo (da Universidade de Brasília), que também é crítica da hipótese de neutralidade da moeda, argumenta que a moeda pode afetar positivamente o lado da produção, pois o crédito aos empresários pode ser estimulado via taxas de juros mais baixas, estimulando o aumento da produção, compensando assim a elevação da demanda e amortecendo a inflação (MOLLO, 2009).

G = Gastos do governo. Essa variável traduz o poder que o governo tem em aumentar a empregabilidade e a oferta de moeda do mercado na formação de renda e do emprego com políticas que congregam principalmente o setor de infra-estrutura de nossa economia como estradas, pontes, hospitais, portos etc. Entretanto, dada as dificuldades fiscais em que se gastou mais do que arrecadou em anos anteriores, tal medida seria reconhecidamente irresponsável já que o congresso insiste que o governo reduza seus gastos nem que seja em seus programas sociais ou em seus ministérios que consomem grande quantidade de recursos do caixa da União.

X – Exportações – Essa variável pode contribuir para a elevação do aumento da Demanda Agregada externa desde que tenhamos uma desvalorização cambial como agora ocorre em que temos uma relação dólar da ordem de $1\text{U}\$\$ = \text{R}\$ 3,90$ e vem contribuindo recentemente para melhoria de nossa balança comercial que vinha apresentando sucessivos déficits.

M – Importações – Constitui o volume de bens e serviços importados pela nossa economia que diante de um real desvalorizado torna mais cara as aquisições de outros países e produtos como petróleo, trigo se tornam mais onerosos para composição do produto final. Assim, temos em nosso processo inflacionário uma forte contribuição dos produtos importados que acabam contaminando outros setores da economia.

Resumindo, o que temos pela ótica da demanda agregada (DA) é que a única variável possível de contribuir

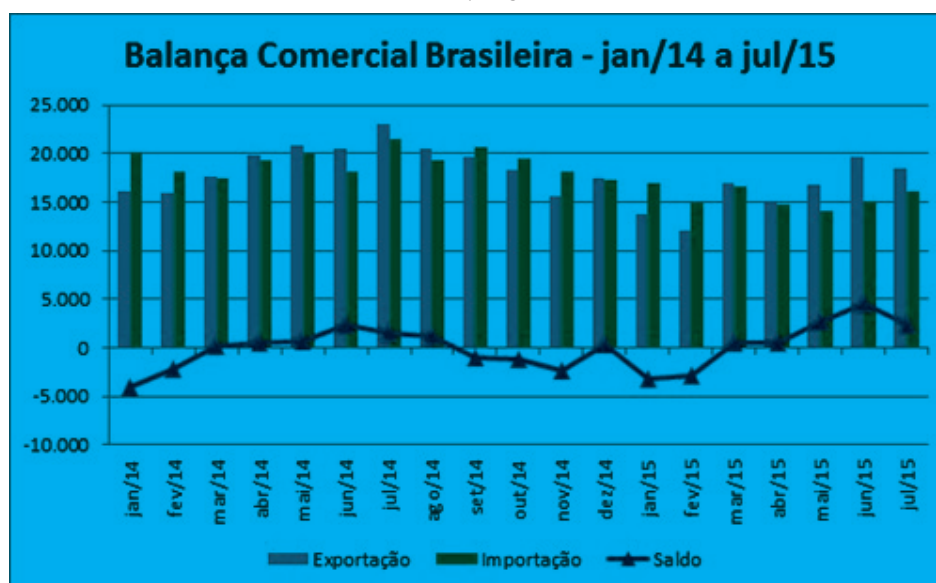
para a elevação do consumo momentaneamente são as exportações dada a desvalorização de nossa moeda em relação ao dólar que se encontra numa relação 1U\$\$ = R\$ 3,90.

Assim, fica claro que as alternativas são limitadas para estimular o crescimento econômico via demanda e altamente dependente de uma desvalorização cambial contínua. Buscar alternativas é imperativo para estabilizar a economia.

Os gráficos abaixo procuram mostrar que os sucessivos déficits na balança comercial é resultado do alto volume de importados em nossa economia por conta dos altos preços praticados internamente e a valorização de nossa moeda perante o dólar que até o ano de 2014 que era cotado abaixo de R\$ 2,50 favorecendo, portanto, as importações. Em março de 2015 por conta da maior desvalorização de nossa moeda, as exportações passam a superar o volume importado e melhorando adiante o resultado da balança comercial quando tivemos um dólar alcançando a cotação de R\$ 4,05 em 22/09/2015, o que reverteu o saldo da balança comercial em decorrência de um maior incremento das exportações.



Fonte : BACEN



Fonte : BACEN

Temos a partir de março de 2015 um superávit em nossa balança comercial por conta da alta do dólar que estimula as exportações melhorando nosso nível de demanda agregada.

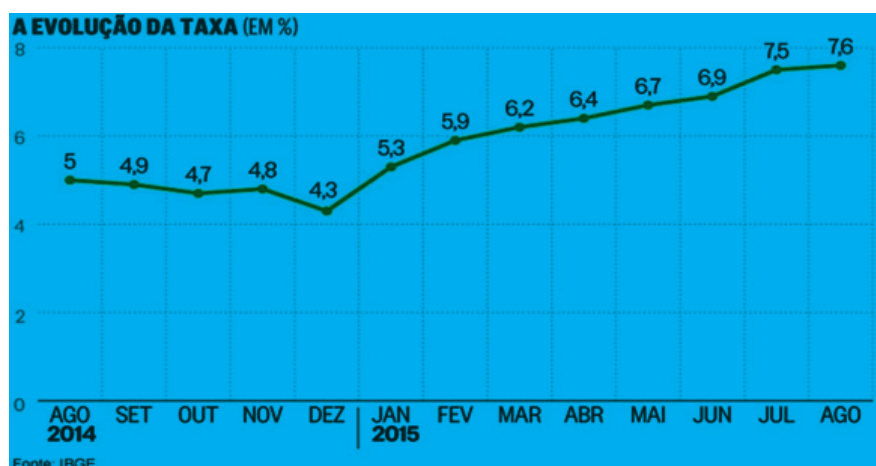
ESTÍMULO À DEMANDA INTERNA.

Se por um lado diante do cenário macroeconômico conturbado a desvalorização cambial pode estimular a venda de nossos produtos ao mercado externo e alimentar a indústria no atendimento a esses mercados, por outro lado, temos um mercado interno em ritmo de desaceleração em todos os setores nesse primeiro semestre. Segundo dados da SERASA EXPERIAN, o setor agrícola nesse primeiro semestre teve uma retração de 0,2%, a indústria 3,9% e o setor de serviços 0,3%.

Assim, o que temos como instrumento para que o mercado interno possa voltar a demandar, é fomentar os pressupostos que estimulem o consumo e, por conseguinte a oferta de bens, a geração de emprego e renda, criando um círculo virtuoso que possa evitar a escalada recessiva que enfrentamos. Nesse tópico em especial, manter a taxa de juros em patamares tão elevados para inibir o quadro inflacionário não se justifica, pois, a alta de preços é de causas alheias ao excesso de demanda da população que em função da alta taxa de desemprego, queda do ritmo da atividade econômica e baixo nível de renda têm seus níveis de consumo afetados como mostrado anteriormente e impossibilitada, portanto, de exercer qualquer tipo de pressão sobre os preços. Segundo (Sicsú 2002 pg. 118) as conseqüências de uma alta taxa de juros, propagam estagnação da renda, aumento do déficit público e o aumento do hiato do emprego é muito negativo, já que com a constante elevação das taxas de juros para conter o ímpeto inflacionário mantém-se a economia em um estado permanente de “stop and go” ou semi deprimida.

Abaixo temos o comportamento da taxa de desemprego medida pelo IBGE compreendendo o ano de 2014 -2015 e um comportamento crescente a partir de janeiro de 2015, Período pós-eleitoral do novo mandato presidencial.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO



É preciso reverter esse quadro recessivo antes que os efeitos sobre todos os setores agravem ainda mais a combalida atividade nacional e torne a recuperação muito mais lenta do que deveria ser. Através da redução da taxa de juros é possível estimular os investimentos produtivos, e assim afetar positivamente o nível de emprego e renda. A política monetária deveria ser executada para promover a saída da moeda da esfera financeira para a esfera de circulação de bens e serviços, favorecendo a elevação da produção de bens. Para tanto, a taxa de juros dos ativos financeiros deve ser menor que a rentabilidade esperada da comercialização de produtos, que possuem menor liquidez que os ativos financeiros, (CARVALHO et al., 2007).

Ao que parece, tenta-se controlar um efeito inflacionário por um diagnóstico errado que toma a alta dos preços como fruto de uma inflação de demanda quando na verdade suas causas estão associadas a uma inflação de custos de produção oriunda do aumento da energia, combustíveis e fim das desonerações fiscais que permeiam todos os sistemas produtivos a partir do 2º mandato do governo Dilma e também dos produtos importados que o país é obrigado a importar por deficiências na produção dos mesmos a um custo de defasagem cambial significativo como: Combustíveis e lubrificantes, bens de capital, matérias-primas e intermediários, bens de consumo, medicamentos para medicina humana ou veterinária, partes e peças para veículos automóveis e tratores e automóveis de passageiros, plataformas de perfuração ou exploração, circuitos impressos e outras partes para aparelhos de telefonia e partes de aparelhos transmissores ou receptores. Na verdade, a desvalorização cambial melhora nossa Balança Comercial ao exportarmos maiores volumes e traz em contrapartida uma internalização inflacionária fruto dos produtos importados mais caro que anteriormente.

A INFLAÇÃO:

Para os pós-keynesianos, há vários tipos de inflação como as causadas por choques de oferta ou de demanda: inflação de salários, inflação de grau de monopólio ou inflação de lucros, inflação de retornos decrescentes, inflação importada, choques de oferta inflacionários, inflação de impostos e inflação de demanda (SICSÚ, 2003). Portanto, o combate à inflação deve ser diferenciado, dependendo do tipo de inflação, dado que as suas causas são diversas.

Em linhas gerais a Inflação é um fenômeno que se caracteriza pela alta generalizada de preços de forma persistente o que acaba influenciando o consumo, as expectativas dos indivíduos e empresas, a Balança comercial, a capacidade de pagamentos dos setores públicos, a distribuição de renda etc. A inflação pode apresentar diversas causas como:

INFLAÇÃO DE DEMANDA:

Refere-se ao excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços. A probabilidade de ocorrer inflação de demanda aumenta quando a economia está produzindo próximo do pleno emprego de recursos. Nessa situação, aumentos de demanda agregada de bens e serviços, com a economia já

em plena capacidade, conduzem a elevações de preços, principalmente em setores de insumos básicos. Para combater um processo inflacionário de demanda, a política econômica deve basear-se em instrumentos que provoquem uma redução da Demanda Agregada (DA) por bens e serviços (redução dos gastos do governo, aumento da carga tributária, arrocho salarial, controle de crédito, aumento das taxas de juros). Todas essas medidas têm como objetivo principal restringir o poder de compra da população.

Como mostrado na equação de demanda acima no item consumo das famílias representado pela variável (C) que expressa nosso baixo poder de compra, e, portanto, insuficiente para impactar preços numa economia com queda de produção e com desemprego de recursos crescente. A causa da inflação brasileira não está associada a um quadro de excesso de demanda da população, pelo contrário. Nossos preços internos não estão se elevando por conta de uma pressão de compra por parte das famílias que estão consumindo cada vez menos por conta do período recessivo que o país está vivendo. Manter a taxa de juros nos patamares atuais se torna ainda mais nefasta e desnecessária para o momento atual e pode levar o país a uma crise econômica e social com conseqüências imprevisíveis.

A INFLAÇÃO IMPORTADA

Por fim deve-se considerar a inflação importada que possui grande importância para explicar o caso brasileiro mais recente, a partir de 1994. Nesse aspecto deve-se analisar o grau de abertura da economia, que é definido como a razão entre o total de gastos com importações (considerados bens e serviços) e os gastos internos com bens e serviços finais. Com um grau de abertura elevado variações dos preços internos que tem origem em alterações dos preços externos e/ou de desvalorizações cambiais são significativamente maiores, tornando o país mais suscetível a influências inflacionárias externas. Presumir que os produtos importados em um momento de forte desvalorização cambial têm um forte impacto na elevação dos preços internos. Diante disso, é no mínimo lógico necessário aplicar qualquer medida que atenuem seus efeitos. Se o equilíbrio cambial se torna pouco provável diante da crise política e econômica que vivemos e a conjuntura externa a que estamos submetidos não nos é nada favorável, o aumento da taxa de juros em nada contribui na redução dos preços internos, a não ser, atrair a entrada de capital especulativo como forma de reduzir a pressão sobre o câmbio como forma de inibir qualquer estímulo ao investimento privado na expansão da atividade econômica.

Desajustes cambiais podem afetar de variadas formas os preços praticados internamente em nossa economia, sejam pressionando para baixo ou para cima. Entretanto, causas dessas fortes variações cambiais vão muito além de um desequilíbrio fiscal, monetário ou qualquer outro instrumento macroeconômico. O momento atual agrega principalmente um forte aspecto político ao acirramento da crise interna nesse desequilíbrio. Como salienta Vinicius Torres Freire (2008) quando sugere que a "inflação importada" seria para ele, uma "superbactéria" que já nasce com antibióticos puramente monetários. Em outras palavras as palavras de Freire nos sugerem que as políticas monetaristas que contemplam somente a taxa de juros, são inadequadas e ineficazes para inibir o

processo inflacionário importado.

A INFLAÇÃO DE CUSTOS

A inflação de custos se caracteriza quando o aumento dos custos de fabricação é repassado aos produtos finais como quando há aumentos de salários, energia, combustíveis etc. Nesse tópico temos em muitos casos, as empresas buscando empréstimos para viabilizar seus projetos e como as taxas de juros estão elevadas, os custos também tendem a subir. No governo da presidenta Dilma Rousseff, teremos segundo previsões do Banco central aumento da energia elétrica próximo a 51%, e dos combustíveis perto de 9,2% , o que somado aos custos financeiros inerentes a utilização do capital alheio (Juros) , colaborou de forma significativa para que todos os produtos tivessem seus preços alinhados a um novo custo de produção. Assim, podemos sem dúvida afirmar que, a alta de preços tem um forte componente dos custos de produção. Aplicar qualquer medida que alivie esse excesso de despesas, colaboraria para aliviar a pressão sobre os preços de venda que foram realinhados. Os resultados são inevitáveis: a renda e o poder de compra da população são cada vez mais achatados.

Outras duas formas de elevação de custos que podem levar a um processo inflacionário seriam segundo Davidson (1994), a inflação spot e a inflação por impostos. O primeiro caso é uma consequência de um choque doméstico inesperado de custos, que pode ser repassado para preços, como quebras de safras agrícolas, por exemplo. Já o segundo é proveniente de qualquer forma de elevação da carga tributária que aumente os custos de produção, e que seja em algum grau repassado para preços. Vemos que as duas formas enunciadas por Davidson ocorreram no atual governo.

Houve, por um lado o fim das desonerações fiscais em que retirou os benefícios fiscais anteriormente concedidos a alguns setores da economia principalmente o setor automobilístico e a chamada “linha branca”. Por outro lado tivemos também frustrações de produção agrícola causadas por problemas climáticos que elevou o preço de diversos produtos da cesta básica da população como cebola, batata, tomate, feijão e outros produtos considerados essenciais.

A tabela abaixo demonstra que a inflação acumulada nos últimos 12 meses, medida pelo IBGE, através do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 2015, ameaça ultrapassar os 9,5% a.a.

TAXA DE INFLAÇÃO ACUMULADA IPCA – 2015

2015	INDICE BASE	VARIAÇÃO MENSAL (%)	VARIAÇÃO NO ANO (%)	VARIAÇÃO ANUAL (%)
<u>JAN</u>	1.059,25	1,24	1,24	7,1378
<u>FEV</u>	1.072,1724	1,22	2,4751	7,7018
<u>MAR</u>	1.086,3251	1,32	3,8278	8,1286
<u>ABR</u>	1.094,0380	0,71	4,5650	8,1716
<u>MAI</u>	1.102,1339	0,74	5,3388	8,4731
<u>JUN</u>	1.110,8408	0,79	6,1709	8,8944
<u>JUL</u>	1.117,7280	0,62	6,8292	9,5586
<u>AGO</u>	1.120,19	0,22	7,0642	9,5259
<u>SET</u>	1.126,24	0,54	7,6424	9,4932
<u>OUT</u>				
<u>NOV</u>				
<u>DEZ</u>				

Fonte : <http://br.advfn.com/indicadores/ipca/2015>³

A TAXA DE JUROS

Taxa de juros na linguagem da Ciência econômica é o chamado custo do dinheiro. Isto é, o que é cobrado efetivamente para emprestá-lo. A taxa de juros básica de uma economia é fixada pelo Banco Central do país, através de títulos do Governo e não através de decretos.

Essa taxa de juros fixada pelo Banco Central, entretanto, difere da taxa de juros corrente nos bancos e financiadoras, por exemplo. As instituições financeiras cobram uma diferença para essa taxa. Basicamente ela está condicionada ao risco que a instituição financeira tem em emprestar dinheiro. Como o Governo é o mais confiável pagador que um país pode ter (se assim não o for, o país está em forte crise econômica), emprestar para outros representa um risco maior (pode ser um pouco maior ou muito maior). Além disso, o empréstimo estará condicionado a impostos, seguros, entre outras taxas.

Diante do que foi exposto acima, pode se deduzir que baixar muito as taxas de juros pode provocar, dependendo da situação do país, inflação. Grosso modo, a redução das taxas de juros provoca um aumento do consumo, já que fica mais fácil financiar bens ou o próprio consumo. Assim, se um país não está preparado para esse aumento de demanda, os bens e produtos de consumo podem escassear e provocar aumento generalizado de preços. Em Economia, uma regra básica é: quanto mais difícil de encontrar um produto, mais seu preço tende

³ADVFN Brasil: Portal de investimentos em ações da bolsa de valores do Brasil, com cotações da Bovespa e BM&F

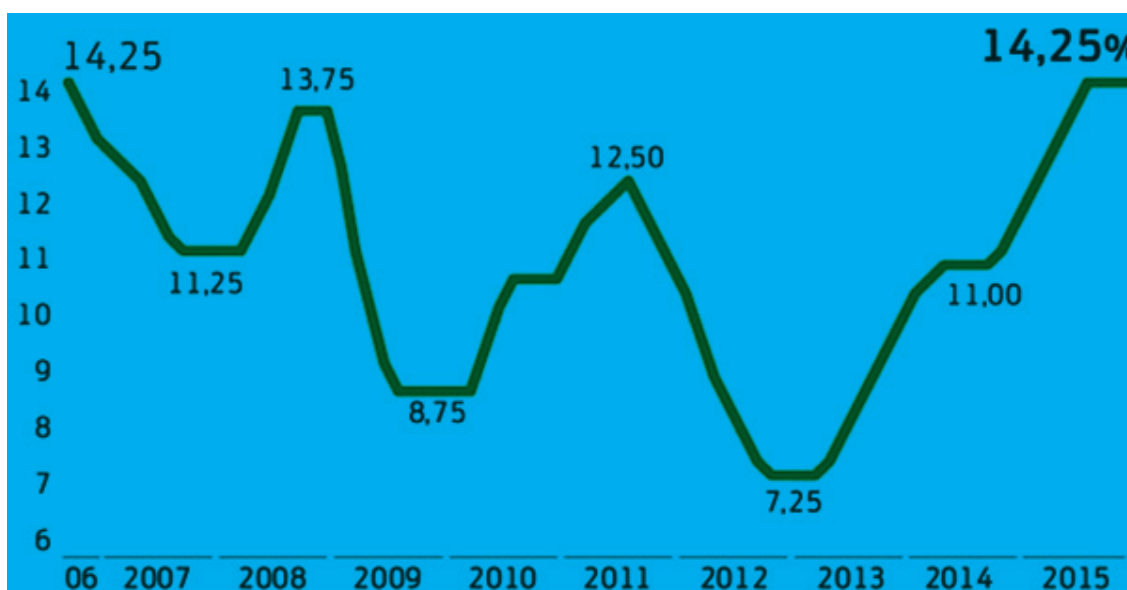
a subir.

Vemos então que a manutenção de taxa elevada de juros por parte do governo colabora com um custo ainda maior para a população que terá que pagar mais pelo mesmo produto. E, diante da atual crise e da restrição orçamentária que a população hoje vive, desestimula qualquer ampliação de nossa demanda agregada. Castro (2015)⁴ em seu artigo “Juro alto não derruba inflação em 2015” comenta:

O ano de 2015 mostrará, mais uma vez, as conseqüências de uma política econômica deletéria e desastrosa na qual, desgraçadamente, governos sucessivos têm insistido: esperar que apenas o juro alto dê conta de trazer a inflação oficial para o centro da meta projetada de 4,5% ao ano. O BC, ao elevar ainda mais o juro real, já o mais alto do planeta, em completo desalinho com as taxas médias reais próximas ou abaixo de zero praticada lá fora, cria seqüelas terríveis que, na prática, anulam o esforço inicial de contenção de demanda previsto pelos economistas oficiais.

O gráfico abaixo mostra o comportamento das taxas básicas de juros (taxa SELIC) da economia brasileira ao longo dos anos. É através dela que o governo brasileiro tenta controlar a inflação. Nela é possível verificar que houve forte elevação nas taxas no segundo governo nos anos 2014-2015.

EVOLUÇÃO DA TAXA SELIC DE 2006 A 2015. (ARTE: GAZETA DO POVO).



A situação gráfica mostra que se o governo mantém uma taxa de juros tão elevada como forma de combater a inflação, esse raciocínio só teria amparo se estivéssemos vivendo um quadro expansionista de consumo, emprego, renda e esse crescimento estivesse pressionando através de uma forte demanda os preços internos. Entretanto o quadro é justamente o oposto. Temos um crescente quadro de desemprego, alto nível de

⁴É doutor em economia pela Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, presidente do Instituto Atlântico, diretor-presidente da SR Rating, primeira empresa brasileira de classificação de riscos de crédito. Fundador da RC Consultores empresa de previsão econômica e análises de mercado, presidente do Lide Economia. É um dos coordenadores do Movimento Brasil Eficiente (MBE)

inadimplência, baixo nível de consumo e de produção e ainda queda da receita fiscal do governo que arrecada cada vez menos com a retração da atividade econômica. Segundo Alckmin (2015) manter as atuais taxa de juros nos níveis atuais mereceu o seguinte comentário: “Nós temos hoje a maior taxa de juros do mundo. É muito bom para quem tem dinheiro não investir e deixar seu dinheiro aplicado como rentista. Temos que reduzir essa taxa de juros o mais rápido possível”, afirmou o governador.

Aos olhos de Keynes, os resultados que poderiam ser obtidos por uma redução da taxa de juros duradouros. Com a redução das taxas de juro (do custo do dinheiro), mais fábricas seriam abertas, por exemplo. Além disso, parte daqueles que estavam involuntariamente desempregados, voltariam a trabalhar e por consequência voltariam a consumir e não mais depender das políticas sociais. A política monetária poderia, dessa forma, estimular o crescimento econômico. A redução do desemprego, portanto, também deve ser um objetivo da política monetária de qualquer governo que se diz preocupado com o bem-estar de seu povo. Esse raciocínio possui nexos com a realidade e, explicaria por que ministros, empresários e parlamentares desejam sempre uma redução da taxa de juros em situações de desaquecimento econômico.

Nas palavras de Alckmin é possível entender que, no Brasil, não existe inflação de demanda (gerada pelo consumo maior que a oferta). “Esfriou a economia, não tem inflação de demanda, o que tem é inflação de preço administrado, e como a dívida pública brasileira é referenciada pela Selic⁵, a cada 1% de aumento na taxa o governo tem que pagar R\$ 20 bilhões a mais”, afirma ele. O que verificamos é que, a elevada taxa de juros no Brasil, além de comprometer o caixa do governo, contribui e muito, para o incremento da dívida pública brasileira. É nesta mesma linha de análise que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou recentemente que embora a política monetária deva se manter vigilante, o Brasil, além de consolidar o ajuste das contas públicas, precisa criar um ambiente compatível com a queda nos juros. Para isso, além de aliar medidas que promovam a competitividade das empresas, é preciso promover ações que ampliam o acesso ao emprego, como também a taxas de juros compatíveis com os que são praticados a nível internacional como forma de promover bem estar econômico e justiça social. Klias (2016) em seu artigo “Europa reduz seu juros a 0%” comenta: Ao longo dos últimos 3 anos, o BCE reduziu a sua taxa de 0,5% para 0%. Nesse mesmo período, o nosso COPOM aumentou a SELIC de 7,25% para 14,25%. É claro que as taxas de inflação nos dois espaços são muito distantes. No espaço europeu, o ritmo de crescimento dos preços está quase zerado, com risco mesmo de deflação. No caso brasileiro, temos assistido ao crescimento dos índices de inflação em níveis bem superiores à meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

A insistência cega e obstinada em manter a SELIC em patamares estratosféricos já era equivocada antes da recessão se apresentar com toda sua força. A partir da confirmação oferecida pelas estatísticas de que mergulhávamos mesmo na zona de redução do PIB, aí então é que a manutenção de tal política revela-se

⁵A taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) é um índice pelo qual as taxas de juros cobradas pelos bancos no Brasil se balizam. A taxa é uma ferramenta de política monetária utilizada pelo Banco Central do Brasil para atingir a meta das taxas de juros estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

burrice. Afinal, é dessa maneira que a sabedoria popular qualifica a insistência em permanecer no erro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos argumentos já apresentados, penso ser preciso mudar o modelo proposto e aliviar a pressão recessiva que hoje impera na economia brasileira. Uma das alternativas é, além de manter um controle maior dos gastos, a redução das taxas de juros. Esta medida, além de estimular os investimentos do setor privado, atenuar os custos de produção já que esse tem em seu componente o custo financeiro na formação dos preços de venda, irá estimular e reaquecer a demanda agregada e, o mais importante: estimular a produção, o emprego e a renda. Com esta tríade, teríamos com certeza a melhoria do quadro econômico que hoje vivemos no Brasil. Baseando-se na Teoria Geral de Keynes, acredito que o desemprego está fortemente relacionado às expectativas dos empresários. Assim, quando eles estão confiantes e otimistas quanto ao comportamento da economia, há uma elevação dos investimentos que contribuem para aumentar a produção e o emprego. De outro lado, quando os empresários estão pessimistas, eles investem menos e o desemprego tende a aumentar (LIMA, SICSÚ, PAULA, 1999). Acredita-se, portanto, que a política monetária baseada na elevação ou redução das taxas de juros baixas influencia as expectativas dos empresários.

Manter a taxa de juros elevada para combater a inflação tem um custo elevado demais para as condições macroeconômicas que hoje enfrentamos e de muito pouco impacto na derrubada inflacionária em função de que a pressão sobre os preços vem de fora para dentro no câmbio hoje desvalorizado e no repasse de preços de alguns insumos que estão presentes em boa parte de qualquer sistema produtivo como energia, combustível e custos financeiros.

Ao se reduzir a taxa de juros o governo não terá alterações inflacionárias, simplesmente porque o nível de demanda está abaixo de seu nível potencial e não haveria razão para se aumentar preço e sim quantidade produzida, já que operamos com desemprego de recursos.

Vasconcellos (2005) menciona o mesmo raciocínio no modelo de Determinação da Renda e do Produto nacional no mercado de bens e serviços elaborado por Keynes em que o mesmo demonstra que uma recuperação econômica do seu nível efetivo (Desemprego dos recursos) para o nível potencial (Pleno emprego dos recursos) a alta de preços não se justifica, mas sim, uma alta da quantidade produzida. Tão pouco a queda da taxa de juros poderá trazer mal maior a não ser uma fuga do capital especulativo que irão repercutir numa desvalorização ainda maior de nossa moeda que traria maior competitividade de nossos produtos no mercado internacional aquecendo ainda mais a demanda externa que hoje são de grande valia para inúmeros setores que tem suas atividades combatidas com a recessão hoje vivida.

Manter a taxa de juros como forma de combate à inflação quando a causa não está associada a uma

inflação de demanda é um diagnóstico no mínimo equivocado para um paciente chamado Brasil que vive uma inflação de custos associada a um componente a mais que é a inflação importada.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, F. J. C. et al. **Economia monetária e financeira: teoria e política**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- CASTRO, P.R. **Juro Alto não Derruba Inflação em 2015**. Disponível em <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,juro-alto-nao-derruba-inflacao-em-2015-imp-,1625290>> em 27.01.2015.
- DAVIDSON, P. (1994). **Post Keynesian Macroeconomic Theory**. Cheltenham. Edward Elgar.
- FREIRE, V. T. **Hipótese de queda do preço de commodities realimenta debate sobre importação de preços altos e eficácia do BC**. Folha de São Paulo, 2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0708200807.htm>
- KELLER, D. **A Inflação Brasileira Recente: Uma Crítica ao Regime de Metas de Inflação**. Disponível em :<<https://criticaeconomica.files.wordpress.com/2007/08/microsoft-word-keller2005.pdf>> - em 30.08.2007.
- KLIASS, P. **Europa Reduz Juros a 0%**. Disponível em < <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Europa-reduz-juros-a-0-/7/35710>> em 16.03.016.
- LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, V. F. **Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MOLLO, M. **Monetarismo, a causa da crise**. Entrevista concedida a Fábio Lino. In: Revista Desafios do Desenvolvimento, mar. 2009. Disponível em: www.ipea.gov.br >. Acesso em: 09.03.2010.
- SICSÚ, J. (2002). **Teoria e evidências do regime de metas de inflação**. Revista de Economia Política. vol. 22 n 1 (85).
- SICSÚ, J. **Políticas Não-Monetárias de Controle da Inflação: uma proposta pós-keynesiana**. Revista Análise Econômica, n. 39, p. 115-136, 2003.
- VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Fundamentos de Economia**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- Blog da disciplina de Jornalismo Especializado. Disponível em <<https://jornalismoespecializadounesp.wordpress.com/2015/09/11/brasil-entra-em-recessao-tecnica-com-segunda-queda-consecutiva-do-pib/>> em 11/09/2015.
- Portal Exame.com / Economia. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/indicador-serasa-mostra-economia-em-recessao-tecnica>> em 13.08.2015.
- Portal globo Economia Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/alckmin-diz-que-e-preciso-reduzir-taxa-de-juros-o-mais-rapido-possivel.html>> em 16.06.2015.